

é coordenador do Núcleo de Pesquisas sobre Etnicidade – NEPE da UFPE. Tem atuado em pesquisas na área da Antropologia da Saúde entre os Pankararu. @ - rathias@ufpe.br Carmen Lúcia Silva Lima é Bacharel em Ciências Sociais pela UFC, mestre em Antropologia pela UFPE e, atualmente, doutoranda do PPGA da UFPE. Professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Roraima – UFRR. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Étnicas – GEPE da UFC e Núcleo Histórico Socioambiental – NUHSA da UFRR. Desenvolve pesquisas entre os indígenas no Ceará. @ - carmensilvia@gmail.com

Indígenas na metrópole: os Pankararu em São Paulo

Indians in the metropolis: the Pankararu in Sao Paulo

Renato Monteiro Athias*
Carmen Lúcia Silva Lima*

RESUMO: O fenômeno da urbanização atinge os mais variados segmentos populacionais, inclusive as minorias étnicas indígenas. Porém, mesmo que alguns dados nos mostrem esta realidade, no plano do senso comum, a existência indígena permanece intimamente relacionada à mata, o que faz, na maioria das vezes, os habitantes destes espaços serem reconhecidos mais facilmente. A cidade é vista como o lugar da integração, onde vivem os que já não são mais índios, os que estão assimilados à sociedade nacional. Contrariando esta perspectiva, este texto apresentará algumas reflexões acerca da presença Pankararu em São Paulo. Partindo das teorias de etnicidade, será um relato etnográfico voltado à compreensão dessa existência na favela do Real Parque, bairro do Morumbi, zona sul da cidade. A partir deste caso, evidenciamos carências de estudos que venham a contemplar a atual existência indígena na cidade e a inabilidade do Estado brasileiro no trato dessa questão.

Palavras-chave:
Pankararu,
eticidade,
indígena,
urbanização.

Nosso interesse pela questão dos índios citadinos surgiu ao longo de nossa inserção junto aos povos indígenas. Perceber que a cidadania dos que compõem esse segmento populacional está sendo limitada pela inabilidade do Estado em dar assistência aos que habitam a zona urbana tem sido uma motivação para a reflexão deste tema. A carência de estudos sobre essa questão na área das Ciências Sociais e, especificamente, na Antropologia, nos impulsionou nesta direção. Embora a etnologia indígena

e a antropologia urbana sejam áreas bastante consolidadas, verificamos que pouca atenção elas têm destinado aos indígenas que vivem no contexto urbano, um fenômeno consolidado e crescente na sociedade brasileira.

Sendo assim, a abordagem do caso Pankararu representa um esforço inicial de entendimento desta questão. Os dados apresentados neste texto¹ equivalem a impressões preliminares, que enriquecidas de leituras de algumas produções acerca desta coletividade possibilitam a formulação de algumas reflexões.

A atual urbanização dos indígenas

O Censo 2000 do IBGE revelou mudanças significativas em relação à população indígena no território nacional. Entre as alterações verificadas merece destaque o contingente populacional. O referido censo revelou a existência de 734 mil indígenas no território brasileiro. Comparando com o censo anterior, realizado no ano de 1991, que contabilizou 294 mil indígenas, houve um crescimento absoluto de 440 mil pessoas, o que equivale a um aumento anual da ordem de 10,8%. Este acréscimo se deve em parte ao crescimento demográfico e, principalmente, a uma mudança na auto-identificação das pessoas. A inclusão, desde 1991, da categoria “indígena” como opção do quesito “*Qual a sua cor ou raça?*”, permitiu que os indígenas fossem contabilizados separadamente das pessoas que, por exemplo, se declaravam pardas.

A situação domiciliar foi outra mudança verificada. Em termo de distribuição espacial, foi registrado que 52,2% da população vive em áreas urbanas e 47,8% em áreas rurais. No ano de 1991, é importante destacar, apenas 24% da população indígena era urbana e 76% rural (ALBIERI et al., 2006). Estamos diante de uma nova distribuição espacial, onde são evidenciadas questões pouco percebidas por aqueles que se ocupam, tanto da questão indígena, quanto da urbana.

Considerando as grandes regiões do país, mais uma alteração foi contabilizada. A região Norte, que em 1991 possuía 42,4% da população indígena nacional, passou a abrigar 29,1% no ano 2000. A hegemonia da região Norte foi reduzida devido ao crescimento populacional, resultado da auto-identificação das pessoas como indígena, registrado no Nordeste (de 19% passou a 23,2%) e no Sudeste (de 10,4% a 22%). A região Sul apresentou um pequeno crescimento (de 10,3% para 11,5%) e a região Centro-Oeste (17,9% para 14,2%) exibiu uma redução de 3,7% (PEREIRA e AZEVEDO, 2004).

1 Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no GT 34 – **Povos indígenas: dinâmica territorial e contextos urbanos**, coordenado por Fábio Mura (LACED), Maria Fátima Roberto Machado (UFMT), na 26ª. **Reunião Brasileira de Antropologia (RBA)**, realizada entre os dias 01 a 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

Nas regiões Norte e Centro-Oeste, verificaram que a população é predominantemente rural e nas demais é urbana. Alguns estados apresentam uma maior concentração de indígenas e quatro deles abrigam cerca de 40% da população indígena do país (15% no Amazonas, 8,7% em São Paulo, 8,6% na Bahia e 7,3% no Mato Grosso) (SILVA et al, 2006). Há, ainda, um crescimento (50,5%) na concentração de indígenas no conjunto das capitais brasileira (12% em 1991 e 18,1% em 2000) (PEREIRA e AZEVEDO, 2004).

O Sudeste apresentou o maior crescimento populacional indígena. No ano de 1991 ele apresentava uma das menores participações (10,4%), já no ano 2000 dobrou sua participação, passando a abrigar a terceira maior população indígena do país (22%). O ritmo de crescimento anual detectado foi da ordem de 20,5%. Nilza de Oliveira Martins Pereira (2004) destaca que a população urbana, de um modo geral, apresentou um aumento em todos os estados brasileiros. Os fatores deste acréscimo são o crescimento vegetativo nas áreas urbanas, a migração, sobretudo dentro do próprio estado em direção aos centros urbanos e, minoritariamente, a incorporação de áreas que em censos anteriores eram consideradas rurais.

Em termo de deslocamento populacional, o Censo 2002 identificou um movimento migratório das populações indígenas em direção à região Sudeste, sendo o Nordeste (3.673 pessoas) a região de origem mais recorrente (SILVA et al, 2006). Os dados relativos à migração informaram a presença de 103.483 indígenas em unidades da federação distintas do local de nascimento. A região Sudeste, mais uma vez, foi a que apresentou o fluxo migratório mais intenso. São Paulo, seguido do Rio de Janeiro e Goiás, foi o estado receptor do maior número de migrantes indígenas, apresentando, portanto, o maior saldo migratório do país (PEREIRA, 2004).

São Paulo, a maior metrópole da América do Sul, abriga membros de cerca de 26 etnias indígenas, de acordo com Marcos Aguiar, coordenador da ONG Opção Brasil, que se dedica ao trabalho com índios que vivem na região metropolitana. Amauri Vieira, o chefe de assistência da Administração Regional da FUNAI neste estado, afirma que os indígenas totalizam cerca de 5 mil, distribuídos em 28 aldeias. Os povos Guarani, Terena, Kaingang e Krenak estão espalhados em comunidades na região centro-oeste, no Vale da Ribeira, na capital, além do litoral norte e sul. Na região metropolitana moram os Pankararu, os Fulniô, os Xavante, os Xucuru, os Xucuru-Kariri e os Pankararé (GIANNECCHINI, 2005).

Gostaríamos de destacar que na abordagem das populações indígenas no contexto urbano Roberto Cardoso de Oliveira (1968), com a obra *Urbanização*

e tribalismo – a integração dos índios Terêna numa sociedade de classe foi um pioneiro. Posteriormente, na década de 1980, ele, juntamente com Roque de Barros Laraia, elaborou o projeto *Índios cidadãos: identidade, etnicidade em Manaus, Amazonas*, coordenado por Alcida Rita Ramos. Realizado no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, este projeto teve como problemática central as relações interétnicas na Amazônia urbana e suas representações ideológicas, resultando nos trabalhos de Romano (1982), Lazarin (1981) e Fígoli (1982). Segundo Melatti (1983) estes estudos estabelecem uma ponte entre a Etnologia indígena e a Antropologia urbana. O estabelecimento desta ponte indica, a nosso ver, que as confluências destas duas áreas temáticas são uma boa possibilidade para a análise desse fenômeno.

Feitas estas ponderações, torna-se oportuno apresentar algumas reflexões acerca da cidade de São Paulo, com a finalidade de melhor entendermos o contexto no qual os Pankararu vêm se evidenciando como um grupo étnico bastante organizado. Empreenderemos o breve resgate de como essa cidade tem sido contemplada nas Ciências Sociais, especialmente pela antropologia brasileira, revelando a carência de estudos que venham a considerar a presença indígena nesta metrópole.

Sobre a cidade de São Paulo

Desde a década de 1940, a cidade de São Paulo vem despertando o interesse de inúmeros cientistas sociais. Os estudos realizados deste período até a década de 1950 trazem informações detalhadas de vizinhança, bairros, radiais, habitações, operários e ruas, sendo considerados por Mendonza (2005)² como precursores e antecedentes diretos do campo de pesquisas urbanas. Sob o enfoque étnico, no ano de 1940, Oscar Araújo tratou a cidade de São Paulo como um “campo de estudos de problemas étnicos”, chamando atenção para a variedade de grupos sociais de vários países. A pesquisa deste autor, segundo Mendonza, consistiu, em termos gerais, no estudo da assimilação dos imigrantes na cidade de São Paulo e de sua inserção habitacional, por ele denominada de “enquistamentos étnicos”. A finalidade desta investigação era colaborar na orientação da política de imigração na cidade.

As conclusões do estudo indicavam o grau de assimilação das etnias, os casamentos entre eles e a integração cultural ao meio brasileiro, as tendências à concentração de alguns grupos de imigrantes, as tendências a endogâmicas e

2 Mendonza (2005), refletindo sobre a influência de Donald Pierson, formado na Escola Sociológica de Chicago, na pesquisa urbana no Brasil dos anos de 1940 a 1950, faz uma análise de oito trabalhos realizados em São Paulo (HERMANN (1938), ARAÚJO (1940), WILLEMS (1941), PIERSON (1942), HELLER (1943), XIDIEH (1947) e NOGUEIRA (1949). Consideradas por ele, como etnografia da cidade, estas análises são importantes por representarem uma tentativa de estudo da cidade e do sujeito social que a habitava.

exogâmicas dos descendentes. O artigo, apesar de curto, é representativo de pesquisas na cidade (MENDONZA, 2005, p. 449).

Já segundo Magnani (1996), até a década de 1970, a Antropologia continuava fiel aos estudos das populações indígenas, relações raciais, religiões populares, famílias e migrantes. Até então, a cidade de São Paulo, a não ser de forma fragmentária e episódica, não fornecia temas e objetos de interesse para a pesquisa antropológica. Somente com a passagem dos grupos estudados tradicionalmente pela antropologia (índios, negros, camponeses, favelados e etc) de “minorias”, “desviantes” e “marginais” a “novos atores políticos”, houve uma alteração nesse quadro. Estes passam a se caracterizar pelo protagonismo em movimentos sociais e por exigirem maior participação na sociedade. A referida transformação, juntamente com a maior facilidade de financiamentos de pesquisas, decorrentes da expansão da rede de ensino e da ampliação dos cursos de pós-graduação, abriu espaço para os estudos antropológicos urbanos. As investigações empreendidas eram motivadas pela necessidade de entender esses “novos atores”, seu modo de vida e as aspirações que eles abrigavam. Como temas recorrentes de estudo merecem destaque os moradores da periferia de São Paulo; estratégias de sobrevivência na metrópole; religiões populares urbanas; comunidades eclesiais de base; cultura e festas populares; formas de lazer e entretenimento; movimento feminista, negro, homossexual; representações políticas e participações em associações de bairro e estratégias populares de saúde. Do ano de 1972 a 1991, o autor afirma que 42 títulos de teses e dissertações estão relacionados à cidade de São Paulo. Além da capital, o estado tem recebido significativa atenção. A Associação Brasileira de Antropologia informa que das 532 teses de doutoramento e dissertações de mestrados da área da Antropologia, defendidas de 1947 a 1987, 46 adotaram como recorte geográfico o estado de São Paulo.

Esses dados nos revelam que os antropólogos têm destinado uma significativa atenção a São Paulo. Para o exercício da antropologia na cidade, a metrópole paulistana tornou-se atrativa devido à procedência de seus habitantes, à riqueza de suas tradições culturais, à variedade de seus modos de vida e à infinita possibilidade de trocas e contatos, que fazem dela um espaço propício para o reconhecimento e registro da diversidade cultural e da descoberta dos significados das experiências humanas (MAGNANI, 1996). A esta lista de atrativos, soma-se, agora, a presença indígena, embora não seja um fenômeno recente. Somente com o atual processo de indigenização e etnicização da população brasileira é que os indígenas passam a ganhar visibilidade, tornando-se um tema digno de atenção.

Os Pankararu em São Paulo

Em São Paulo, a população Pankararu gira em torno de 2.500 pessoas, localizada na favela do Real Parque, na zona Sul da cidade, em Capão Redondo, Osasco, Jardim Elba, Paraisópolis, Grajaú, Jardim Palmas, Sônia Maria e Jardim Irene. Segundo Arruti (1999), na favela do Real Parque existem cerca de 1.500 Pankararu, sendo este, o maior reduto populacional desta etnia. A migração dos mesmos tem origem na intensificação do fluxo de deslocamento dos trabalhadores do Nordeste para as grandes cidades do Sudeste, consolidada a partir da década de 1940.

Localizada no Morumbi, na zona sul paulistana, a favela do Real Parque abriga cerca de 4.000 moradores. Os Pakararu, quando chegaram neste local, passaram a trabalhar como ajudantes nas construções do estádio do Morumbi e do Palácio dos Bandeirantes. Inicialmente, a integração dos homens ao mercado de trabalho esteve limitada à construção civil. Atualmente, eles se encaixam nas mais variadas atividades, tais como vigilantes, faxineiros, porteiros e atividades comerciais. As mulheres, em sua maioria, atuam como empregadas domésticas.

Os Pankararu³, antes da chegada dos colonizadores, habitavam a região do médio São Francisco. Faziam parte de um grupo mais amplo de índios do sertão, conhecido como Tapuia. Esta denominação foi atribuída pelos Tupi da costa brasileira a todos os indígenas não-tupi. Os missionários, que constituíram um aldeamento à beira do São Francisco, estabeleceram os primeiros contatos sistemáticos com os Pankararu. Neste espaço, reuniram membros desta comunidade provenientes das ilhas de Surubabel, Acará, Várzea e da localidade de Cana-brava e Brejo dos Padres (SANTOS, et al, 2000).

No ano de 1940, a Terra Indígena Pankararu foi demarcada pelo Serviço de Proteção aos Indígenas – SPI. No entanto, somente em 1984, ela foi homologada com 8.100 hectares. Em 2004, uma nova porção (7.760 hectares) é homologada, sendo denominada de Terra Indígena Entre Serras. Juridicamente, três municípios abrangem a área: Jatobá, Petrolândia e Tacaratu, todos eles nas proximidades do Rio São Francisco (MATTA, 2005).

A primeira migração significativa desta etnia aconteceu no ano de 1939. Devido à seca, membros do grupo foram para o estado do Mato Grosso, onde passaram a trabalhar na construção de estradas. Por volta dos anos de 1940, novamente devido à seca, ocorreu mais uma migração, desta vez com destino a São Paulo. Esse, desde então, passou a ser o destino mais recorrente dos migrantes desta etnia.

3 Os Pankararu já foram estudados por vários pesquisadores entre os quais poderíamos destacar Pinto (1938), Silva (1978), Ribeiro (1992), Arruti (1996), Carneiro da Cunha (1999) e Matta (2005).

Arruti (1996) afirma que, inicialmente, era um fluxo apenas de homens, que iam para trabalhar em São Paulo por curtos períodos, visando re-estabilização do orçamento doméstico nos anos de seca ou em situações de emergência. Não havia uma integração efetiva à cidade, pois retornavam sempre que as necessidades imediatas fossem supridas ou quando se anunciasse um bom inverno. Somente a partir da segunda geração de Pankararu trabalhadores em São Paulo, é que foram constituídas bases para uma permanência mais estável, através da presença mais intensa das mulheres. A cada núcleo familiar que se instalava, aumentava a possibilidade de que novos jovens percorressem este caminho, dotando estas viagens de caráter sistemático e familiar.

Os solteiros seguem para a metrópole em busca de recursos para sua sobrevivência e para auxiliar os pais. Os recém-casados migram na tentativa de adquirir recursos para comprar um terreno na aldeia, construir e equipar uma casa. Os casados partem no intuito de sustentar a família que fica na aldeia. Sem a pretensão de permanecer em São Paulo, muitos deles ficam hospedados nas casas dos parentes. Estes, além da hospedagem, colaboram na integração ao mercado de trabalho. Utilizam a inserção e os contatos que possuem na cidade para arranjar emprego para os que chegam. Passeio e tratamento de doenças são outras razões para o deslocamento para a capital paulista (MATTA, 2006).

A presença desta etnia em São Paulo, ainda segundo Arruti (1996), ganhou visibilidade em 26 de julho de 1994, com o assassinato de jovens Pankararu estampado nas manchetes do jornal *Notícias Populares de São Paulo*. Duas semanas depois, a *Folha de São Paulo* dedicou uma página inteira para comentar a existência de uma tribo indígena em pleno Morumbi. Uma semana depois, o Diário de Pernambuco publicou uma reportagem com o título *Pankararu que trabalham em São Paulo estão sendo dizimados pela violência urbana*. Esta projeção permitiu que o núcleo de Real Parque reivindicasse o status de aldeia, emancipando-se, de certa forma, das lideranças de Brejo dos Padres, do município de Tacaratu (PE). A nova postura apontava, entre outros, para uma *reterritorialização étnica*. Esta emancipação, segundo o autor, não foi bem recebida pelas lideranças do grupo na terra de origem e pela FUNAI, pois em Brejo dos Padres eram contabilizados os moradores de São Paulo nas reivindicações fundiárias e nos projetos de desenvolvimento.

A organização política passou então a receber maior atenção. Ainda no ano de 1994 criaram a Ong SOS Pankararu, passando a lutar por terra junto à prefeitura municipal. Mais recentemente, em 2003, fundaram a Ação Cultural Indígena Pankararu, voltada ao resgate e à manutenção das práticas culturais, tais como os rituais Pankararu, a produção de artesanatos e o uso de ervas medicinais.

Organizados como grupo étnico (WEBER, 1994 [1922]; BARTH, 1998 [1969]; COHEN, 1978 [1974]; CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976; CUNHA, 1986; ERIKSEN, 1991 e 2002), passaram a reivindicar a assistência da FUNAI, inclusive, como já foi mencionado, o direito territorial. As reflexões em torno desta demanda contemplaram desde o retorno ao estado de Pernambuco até o assentamento do grupo em uma gleba no estado de São Paulo. Alguns contatos foram estabelecidos com o Ministério dos Transportes visando à doação de uma área de sua propriedade para a efetivação de um assentamento Pankararu. Entretanto, inúmeros entraves surgiram, inviabilizando a consolidação desta proposta.

A questão territorial tem sido um problema constante. Como parte do processo de urbanização da favela do Real Parque, cerca de 80 famílias passaram a residir em apartamentos do Projeto Cingapura. A dificuldade de adaptação a esta forma de moradia tem se evidenciado como um problema, juntamente com a impossibilidade de arcar com as mensalidades e as contas de água e luz.

Diante das inúmeras solicitações da constituição de um território Pankararu em São Paulo, a FUNAI criou um Grupo de Trabalho (GT) composto pelo técnico indigenista Moacir Santos, pela antropóloga Juracilda Veiga e pelo agrônomo Paulo Spyer. A finalidade do GT foi realizar estudos *in loco* sobre a situação e as expectativas do grupo, que possibilitassem a formulação de parâmetros e propostas para ação desta agência.

O trabalho de campo realizado de 19 a 29 de setembro possibilitou à equipe constatar que os Pankaru, embora espalhados em diversas áreas da periferia da grande São Paulo, formam uma comunidade. Na tentativa de identificar o que seria uma “Terra Pankararu” neste estado, verificaram que 140 famílias das 370 famílias (40% do total) revelaram a pretensão de passar a viver imediatamente em uma terra indígena. Estas famílias eram as mais carentes e sujeitas à violência das favelas, não contavam com emprego ou trabalho regular e apresentavam uma maior dificuldade de adaptação à/metrópole. A demanda do grupo resultou na proposta de uma área com aproximadamente 2.000 hectares. Nesta ocasião constatou-se ainda, a disposição de algumas famílias de retornarem à Terra Indígena Pankararu, em Pernambuco, caso houvesse uma reestruturação fundiária, acompanhada de investimentos para a produção.

No relatório produzido, o GT destacou que os índios desaldeados, que estão fora de terras tradicionais, constituem um grave e crescente problema que desafia o órgão indigenista oficial em todo o país. Referindo-se ao caso

Pankararu, este problema se apresenta sob dois aspectos: os direitos à assistência especial e a reivindicação da terra em território paulista.

A existência de uma lacuna na legislação vigente dificulta a resolução do primeiro. Evocando o artigo 231, que reconhece e garante aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, os membros do GT destacaram que o enfoque constitucional parece atrelar tais garantias a um modo de vida onde a ‘territorialidade’ seja imprescindível à natureza étnica diferenciada. “Os dispositivos posteriores à promulgação da atual Constituição Federal, que regulamentam a assistência às comunidades indígenas, traz inserida a condição de ‘territorialização’, a despeito da dinâmica do processo de socialização dessas comunidades” (SANTOS et al, 2000, p.12). Em síntese, pensar a pluralidade étnica desvinculada da territorialidade é uma dificuldade para o legislativo.

A condição de migrante e favelado evidenciou-se como um empecilho para o reconhecimento como grupo indígena. Como decorrência, o segundo aspecto, a reivindicação da terra em território paulista, tornou-se um problema. O GT percebeu que as agruras do sertão e os erros institucionais, principalmente a questão fundiária, levaram os Pankararu à migração. No entanto, mesmo que se resolva os impasses fundiários do território Pankararu, em Pernambuco, e sejam dadas as condições para a sua subsistência, isto não resultará no retorno do grupo ao seu território tradicional. É provável que um número significativo de famílias retorne; porém, o fluxo constante de idas e vindas, ao que tudo indica, manter-se-á devido aos laços estabelecidos e às condições adquiridas em São Paulo. Como conclusão, a reivindicação de um território Pankararu na metrópole paulista é justa. Infelizmente, embora o GT tenha chegado a esta conclusão, mais de oito anos já se passaram e a reivindicação territorial, até o momento, não foi atendida.

O movimento migratório recorrente fez com que São Paulo se tornasse uma evocação constante no cotidiano dos que vivem em Pernambuco. O parentesco consanguíneo e/ou afim integra o grupo. Não há muita dispersão. Independente do local onde estejam, o sentimento de pertença ao grupo, evidenciado como fazer parte de uma “ciência”, é identificado. Matta (2006) verificou que a família é o suporte da migração, colaborando para a união dos Pankararu. Embora nascidos em Brejo dos Padres, alguns casais se conheceram, casaram e tiveram filhos em São Paulo. Dentre os que nasceram nesta cidade, alguns casaram e tiveram filhos também neste espaço. Estes descendentes são levados à aldeia para conhecer o local de origem dos pais. Foi identificada uma preferência por contrair casamentos dentro do próprio grupo, tanto em São Paulo como na aldeia.

Em termos habitacionais, a autora comprovou que eles são proprietários da maioria das casas ou barracos onde eles vivem na favela do Real Parque. Além do contato mantido com familiares que vivem em Pernambuco, muitos dos que estão em São Paulo possuem terras ou casas na aldeia. Estas, muitas vezes, estão fechadas ou emprestadas a parentes, que assumem o encargo de cuidar deste bem. O retorno à aldeia pode ser temporário ou definitivo, planejado ou inesperado. A Corrida do Imbu, pagamentos de promessas em terreiro, além das visitas a parentes e amigos são os motivos de algumas idas.

Um sistema de trocas é estabelecido entre a cidade e a aldeia. Desta recebem, por exemplo, frutas da época, castanha de caju, ervas e artefatos utilizados nas curas, doces de frutas, feijão e farinha. Em contrapartida, da cidade são enviadas roupas, bens de consumo, equipamentos eletrônicos tais como televisão e aparelho de som. Essas trocas são mais recorrentes entre os membros da família nuclear e entre amigos muito próximos.

Matta (2006), refletindo sobre o intercâmbio estabelecido entre aldeia e cidade, assegurou que há uma integração destas partes. Uma ponte está estabelecida, uma complementaridade intrínseca entre ambas. A aldeia abastece quem está em São Paulo de cultura, de proteção, de curas, de “força”, de recursos naturais e da certeza de possuir a terra, vista como um bem coletivo. Relacionada a esse território, merece destaque a relação com os encantados. Do outro lado, as idéias e o dinheiro que constrói e proporciona bens materiais, que compra de terras na aldeia e que confere um status diferencial para os que retornam são adquiridos em São Paulo. A metrópole confere ao migrante uma qualificação especial em relação àqueles que se encontram na aldeia, possibilita vantagens políticas, materiais, algumas vezes, pessoais. Esse movimento econômico, de conhecimentos e valores produz transformações na aldeia e colabora com recursos para a realização dos rituais, seja na compra de matéria prima para a confecção de praiás ou na aquisição dos alimentos servidos nos momentos rituais. Nesta movimentação contínua a identidade Pankararu se perpetua.

Estas constatações permitem Matta sustentar que a migração não produz a desintegração dos Pankararu. Na aldeia, a vida segue seu curso e adquire, também, uma nova frente de perspectiva em São Paulo, resultando no fortalecimento do grupo. Os benefícios adquiridos na metrópole podem até influenciar e suscitar vantagens na aldeia. Ser Pankararu em São Paulo produz distinções nos locais de moradia, de trabalho e estudo, o que pode ocasionar preconceitos ou benefícios. O envio de bens, idéias e costumes para a aldeia produz mudanças constantes, proporcionando uma vitalidade e o acesso a novos conhecimentos, resultando na valorização dos que estão na aldeia.

A dimensão ritual é vivenciada na metrópole. Segundo Matta (2006) ela é um elemento integrador da sociedade Pankararu, através do qual Pernambuco e São Paulo se unem. Albuquerque (2007), analisando o papel das máscaras (praiás) dos Pankararu na mobilização étnica, destaca que os praiás são um elemento de visibilidade da indianidade do grupo em São Paulo. Assim, através de apresentações públicas, eles revelam a condição indígena, atestando a sua legitimidade.

Estas constatações tornam oportuno resgatar o estudo dos Terêna, empreendido por Cardoso de Oliveira (1968). Em sua análise, este autor destacou os fatores que concorriam para a persistência na cidade de formas sociais engendradas na aldeia-reserva. A situação de grupo minoritário, a migração em grupos familiares, manutenção de lotes na Reserva e a possibilidade de participação em cerimoniais são os fatores por ele identificados. Os Terêna citadinos eram, para ele, um segmento urbanizado de uma única sociedade, submetida a situações de transformações. Considerando que a migração para a cidade não resultou na perda da pertinência étnica, adverte que as mudanças sócio-culturais não deveriam ser estudadas sob a perspectiva da destribalização.

Este intercâmbio entre cidade e aldeia verificado entre os Pankararu nos permite, evocando Sahlins (1997), conceber este grupo indígena como uma *sociedade transcultural*. Explicando esta noção, ela contempla a capacidade de certos povos de criar novas formações; ou seja, os imigrantes são, assim, parte de uma *sociedade transcultural dispersa*, centrada na terra natal e unida por uma contínua circulação de pessoas, idéias, objetos e dinheiro. A existência Pankararu em São Paulo e Pernambuco, tudo leva a crer, constitui um único campo social caracterizado pelo deslocamento de seus membros.

É importante ressaltar que a dificuldade em conceber a existência de uma população translocal muito se deve à prevalência do dualismo opositivo entre aldeia e cidade. Na cidade, acreditou-se que as relações entre as pessoas seriam caracterizadas pela impessoalidade, utilitarismo, secularização e individualismo. O *continuum folk-urbano* de Robert Redfield (1947 e 1949) apresentou o campo e a cidade como estágios progressivos e modos de vida estruturalmente diferenciados e antagônicos. Segundo Cardoso de Oliveira (1968), essa visão que prevaleceu num dado momento e deixou seus resquícios ainda na atualidade foi severamente questionada por Bruner (1961). Este autor ao perceber as continuidades de identidade, costume e parentesco entre os Toba Batak que viviam na aldeia e na cidade, verificou que os membros desta coletividade, viventes nestes dois espaços, constituíam um único sistema social e cerimonial.

Na antropologia social britânica, na África, como também oportunamente lembrou Sahlins (1997), por muito tempo este dualismo prevaleceu. Nas pesquisas do Rhodes-Livingstone Institute, Max Glukman fazia a distinção ente gente da cidade e gente da tribo. Embora contestasse a idéia de que na cidade os africanos seriam destribalizados, ele sustentou a distinção entre o africano na área rural e na cidade. Contudo, alguns estudantes e associados a Glukman, a partir do trabalho de campo, seguiram noutra direção e passaram a informar um único campo sociocultural.

Considerações Finais

Os Pankararu em São Paulo contam, atualmente, com a assistência da FUNAI de Bauru, com atendimento em um ambulatório indígena no hospital do Morumbi e, desde 2001, com a oferta de bolsas, através do *Projeto Pindorama: indígenas na universidade*, na PUC de São Paulo. Inicialmente esta instituição de ensino se comprometeu a aceitar alunos indígenas que fossem aprovados no vestibular, destinando cinco bolsas para estes. Contudo, dos 26 inscritos no vestibular, no ano de 2001, 24 foram aprovados. Diante da expressiva aprovação, ela resolveu conceder bolsas a todos estes. Realizado em parceria com a Pastoral Indigenista de São Paulo, este projeto é considerado bem sucedido. O índice de aproveitamento é bastante satisfatório, haja vista que dos 24 ingressos, apenas 3 desistiram e 1 trancou a matrícula. Embora os cursos de Letras e Pedagogia sejam os mais procurados, há também indígenas cursando Direito, Ciências Sociais, História, Geografia, Serviço Social, Fonoaudiologia, Enfermagem, Turismo, Administração, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Matemática, Engenharia Elétrica e Física Médica. Em 2002 foram matriculados 26 estudantes das etnias Pankararu, Guarani Mbuá e Xavante na PUC. Nos anos seguintes, esta universidade passou a oferecer apenas 12 bolsas, segundo ela, visando um melhor acompanhamento dos ingressos. Em 2005, a primeira turma conclui a graduação (GOMES, 2005) (MONTEIRO, 2007).

É válido ressaltar que as conquistas alcançadas pelos Pankararu são decorrentes da mobilização social e política. Cada uma delas é resultado da luta empreendida como grupo étnico, em vista do reconhecimento da indianidade e do acesso aos direitos indígenas.

Assim, multilocalizada, a identidade Pankararu apresenta-se como um desafio para a antropologia e para a ação do Estado brasileiro. Em relação à antropologia, ela evidencia a necessidade de revisão das escalas de atuação dessa disciplina. Ou seja, o desafio de sair do nível local e aceitar

a provocação de olhar outras escalas que extrapolam este espaço. Para o Estado brasileiro, ela revela não apenas a inabilidade no trato dos indígenas que vivem na cidade, mas também a necessidade de repensar e atualizar as políticas e ações indigenistas, visando responder com eficácia a atual situação das populações indígenas no Brasil.

ABSTRACT: The phenomenon of urbanization affects varied parts of population, including the ethnic Indians minorities. But even if some data shows us this reality in terms of common sense, the Indian existence still closely related to the forest, which means that most times the inhabitants of these areas can be recognized more easily. The city is seen as the place of integration, where lives the ones who are no longer Indians, who are assimilated to the national society. Against this background, this text will present some reflections about the Pankararu in São Paulo. Using the theories of ethnicity, it will be an ethnographic report turned to the understanding of this existence in the slum of the Real Parque area, at the neighborhood Morumbi, south of the city. From this case, we evidenced a lack of studies that includes the current Indian existence in the city and the Brazilian state inability in dealing with these issues.

Artigo

Recebido: 21/02/2009

Aprovado: 30/03/2009

Keywords:
Pankararu,
Indian ethnicity,
urbanization .

Referências

ALBIERI, Sonia; PEREIRA, Nilza de Oliveira Martins e BRITO, José André de Moura. População autodeclarada indígena: uma avaliação da precisão das estimativas nos Censos Demográficos de 1991 e 2000. In: Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. v.1. Ouro Preto: 2006.

ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. Mobilização étnica na cidade de São Paulo: o caso dos índios Pankararu. In: Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 73-101, jul./dez. 2007.

ARAÚJO, Oscar E. Enquistamento étnicos. In: Revista do Arquivo Municipal. Vol LXV, 1940.

ARRUTI, José M.P.A. O Reencantamento do Mundo: Trama histórica e Arranjos Territoriais Pankararu. Rio de Janeiro: PPGAS do Museu Nacional/UFRJ, 1996.

_____. A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco. In: OLIVEIRA, João Pacheco de Oliveira (Org.). A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne (Orgs). Teorias da Etnicidade. São Paulo: Ed. Unesp, 1998 [1969].

BRUNER, Edward M. "Urbanizations and Ethnic Identity in North Sumatra". In: *American Anthropologist*, vol. 63, n.º. 2, 1961.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Urbanização e tribalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1968.

_____. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

CARNEIRO DA CUNHA, Maximiliano. *A música encantada Pankararu*. Recife: Programa de Pós Graduação em Antropologia/UFPE, 1999 (Dissertação de Mestrado).

COHEN, Abner. *O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978 (1974).

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ERIKSEN, Thomas Hylland. *The cultural constexts of ethnic differences*. In: *Man: Journal of the Roul Anthropological Institute*. Vol 26. No 1, 1991.

_____. *Ethnicity and Nationalism: Anthropolgical Perspective*. London and Sterlind, VA: Pluto Press, 2002.

FÍGOLE, L.H.G. *Identidad étnica y regional: trayecto constitutivo de uma identidade social*. Brasília: Departamento de Antropologia/Universidade de Brasília, 1982 (Dissertação de Mestrado).

GIANNECCHINI, Laura. *Longe das aldeias, índios urbanos preservam tradições e orgulho*. Portal Setor 3. São Paulo, 16 abr. 2005. Disponível em: <http://www.setor3.com.br/>. Acesso em: 20/09/2006.

GOMES, Selma (Org). *Os índios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2005.

HELLER, Frederico. *História natural de uma rua suburbana*. In: *Sociologia*. Vol. V. N.º 3, 1943.

HERMANN, Lucila. *Grupos sociais de Guaratinguetá*. In: *Sociologia*. Vol. V. N.º. 3, 1938.

LAZARIN, M. A descida ao Rio Purus (uma experiência de contato interétnico). Brasília: Departamento de Antropologia/Universidade de Brasília, 1981 (Dissertação de mestrado).

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI; TORRES, Lílian de Lucca (orgs). Na Metrópole – textos de Antropologia Urbana. São Paulo: Edusp, 1996.

MATTA, Priscila. Dois Elos da Mesma Corrente: Uma Etnografia da Corrida do Umbu e da Penitência entre os Pankararu. São Paulo: Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo, 2005 (Dissertação de Mestrado).

MELATTI, Julio Cezar. A Antropologia no Brasil: um roteiro. In: Série Antropologia. Nº 38. Brasília, 1983.

MENDONZA, Edgar S. G. Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). In: Sociologias. Nº 14. Porto Alegre, 2005.

MONTEIRO, Arlete Assumpção. Patrimônio cultural, luta e identidade: os indígenas Pankararu em São Paulo. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornélia (Orgs). Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.

NOGUEIRA, Oracy. Distribuição residencial de operários de um estabelecimento industrial em São Paulo. In: Sociologia. Vol. XI. Nº. 1, 1949.

PEREIRA, Nilza de Oliveira Martins. Perfil demográfico e socioeconômico das pessoas que se autodeclararam indígenas nos censos demográficos – 1991-2000. In: Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Caxambu: 2004.

PEREIRA, Nilza de Oliveira Martins e AZEVEDO, Marta Maria. In: Anais do I Congresso da Associação Latino-Americana de População – ALAP. Caxambu, 2004.

PIERSON, Donald. Habitações de São Paulo: estudo comparativo. In: Revista do Arquivo Municipal. Vol. LXXXI, 1942.

PINTO, Estevão. “Alguns aspectos da cultura artística dos Pancarús de Tacaratu”. In: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Nº 2, 1938.

REDFIELD, Robert. The Folk Society. In: *American Journal of Sociology*, vol. 52, n. 4, 1947.

_____. *Civilização e cultura de folk – estudo das variações culturais em yucatan*. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A, 1949.

RIBEIRO, Rosemary Machado. *O Mundo Encantado Pankararu*. Recife: Programa de Pós Graduação em Antropologia/UFPE, 1992. (Dissertação de Mestrado)

ROMANO, J.O. Índios proletários em Manaus. El caso Sateré-Mawé citadinos. Brasília: Departamento de Antropologia/Universidade de Brasília, 1982 (Dissertação de mestrado).

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte II). In: *Mana*. 3 (1), 1997.

SANTOS, Moacir; VEIGA, Juracilda; SPYER, Paulo. “Os Pankararu do Estado de São Paulo. Relatório do GT FUNAI. São Paulo: FUNAI, 2000.

SILVA, Frederico A. Barbosa da; ARAÚJO, Herton Ellery; SOUZA, André Luis de. Diagnóstico da situação das populações indígenas no Brasil. In: *Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu, 2006.

SILVA, Orlando Sampaio. A última dimensão indígena dos Pankararú de Itaparica, Pernambuco. In: *Anais do Museu de Antropologia*. nº11, 1978.

WEBER, Max. *Relações comunitárias étnicas*. In: *Economia e sociedade*. V I. 5ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1994[1922].

WILLEMS, Emílio. Contribuição para uma Sociologia da vizinhança. In: *Sociologia*. Vol. 3. Nº 1, 1941.

XIDIEH, Osvaldo E. Subúrbio. In: *Revista do Arquivo Municipal*. Vol. CXIV, 1947.